

**Ionilton Pereira do Vale
Magno Gomes de Oliveira**

**TEMAS DE
PROCESSO
PENAL**

**Das Nulidades
Teoria Geral dos Recursos
Recursos em Espécie
Ações Autônomas de Impugnação**

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2023**

Copyright ● 2023 by Ionilton Pereira do Vale
Magno Gomes de Oliveira

Categoria: Concurso Público

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

116 7428

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

V149t

Vale, Ionilton Pereira do

Temas de processo penal, tomo VIII : das nulidades, teoria geral
dos recursos, recursos em espécie, ações autônomas de impugnação /
Ionilton Pereira do Vale, Magno Gomes de Oliveira. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2023.

476 p. ; 23 cm. – (Temas de Processo Penal).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2332-0

1. Processo penal - Brasil. 2. Teoria geral dos recursos. 3. Ações
autônomas de impugnação. 4. Nulidades processuais. 5. Recursos em
espécie. I. Oliveira, Magno Gomes de. II. Título.

CDD 347.8105

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Capítulo I – Das Nulidades	1
1.1 Natureza jurídica das nulidades.....	1
1.1.1 A nulidade e os atos jurídicos	2
1.1.2 Elementos informativos do sistema legal das nulidades.....	3
1.1.3 Posição do Código de Processo Penal	4
1.1.4 Sanções no caso de violação constitucional	5
1.1.5 Extensão da nulidade.....	6
1.2 Classificações das nulidades.....	7
1.2.1 Tendência moderna acerca das nulidades	8
1.2.2 Taxatividade das nulidades	8
1.3 Princípios informativos das nulidades	9
1.3.1 Princípio da tipicidade das formas	9
1.3.2 Princípio da instrumentalidade das formas.....	9
1.3.3 Princípio do prejuízo.....	10
1.3.4 Princípio da causalidade	12
1.3.5 Princípio do interesse	15
1.3.6 Princípio da convalidação.....	16
1.4 Reconhecimento das nulidades.....	16
1.5 Nulidades por incompetência, impedimento ou suspeição do juiz.....	17
1.5.1 Incompetência, suspeição e suborno do juiz.....	19
1.5.2 Imparcialidade e competência do juiz	22
1.5.3 Incompetência relativa e anulação dos atos	23
1.5.4 Erro grosseiro no lugar do julgamento	23
1.5.5 Ratificação dos atos processuais no juízo competente	25
1.5.6 Inobservância das regras da competência penal por prevenção	26
1.5.7 Coisa julgada a favor do réu.....	26
1.5.8 Sentença de extinção de punibilidade por falsa certidão de óbito.....	27

1.5.9	Superveniência da competência por prerrogativa de função	29
1.5.10	Esferas administrativa e criminal	29
1.5.11	Magistrado que funcionou no inquérito policial	31
1.5.12	Modelo acusatório brasileiro	31
1.6	Nulidades por ilegitimidade de parte	33
1.6.1	Nulidades do inquérito policial	33
1.6.2	Nulidades no início da ação penal	41
1.6.2.1	Condições da ação e de procedibilidade	41
1.6.2.2	Nulidade e a possibilidade jurídica do pedido	42
1.6.2.3	<i>Legitimatio ad causam</i> e as causas de nulidade	42
1.6.2.4	Iniciativa da ação penal	43
1.6.2.5	Ilegitimidade do representante da parte e convalidação da nulidade	43
1.6.2.6	Interesse de agir e prescrição virtual	44
1.6.2.7	Nulidade nas condições de procedibilidade	45
1.7	Nulidade por falta de fórmulas processuais	46
1.7.1	Nulidades próprias da ação penal pública	46
1.7.1.1	Ausência da assinatura dos sujeitos processuais	47
1.7.1.2	Nulidades da peça delatória	47
1.7.1.2.1	Requisitos da denúncia e nulidade	47
1.7.1.2.2	Imputação omissa ou deficiente	48
1.7.1.2.3	Momento para arguição da inépcia da denúncia	48
1.7.1.2.4	Erro na identificação do acusado	49
1.7.1.2.5	Aditamento da denúncia ou queixa até a sentença	49
1.7.2	Nulidades próprias da ação penal privada	49
1.7.3	Nulidades das provas	50
1.7.3.1	Ausência do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios	50
1.7.3.2	Importância da perícia	51
1.7.3.3	Exame de corpo de delito e a nulidade absoluta	52
1.7.3.4	Nulidades referentes aos peritos	52

1.7.3.5 Ausência de compromisso dos peritos particulares	53
1.7.3.6 Momento da realização da perícia.....	54
1.7.3.7 Dispensabilidade da perícia.....	54
1.7.3.8 Regras acerca do deferimento da prova pericial.....	55
1.7.3.9 Exame de dependência toxicológica.....	55
1.7.4 Nulidades referentes ao direito de defesa	56
1.7.4.1 Aspecto dúplice da defesa	56
1.7.4.2 O direito de defesa e a Súmula 352 do STF	57
1.7.4.3 Autodefesa do réu e a possibilidade de produzir a nulidade relativa	57
1.7.4.4 Prejuízos processuais na deficiência ou ausência da defesa	58
1.7.4.5 Colidência entre interesses de dois réus com o mesmo patrono.....	59
1.7.4.6 Colidência da defesa técnica com a autodefesa	59
1.7.4.7 Nulidade por ausência de intervenção do MP.....	60
1.7.4.8 Nulidade dos atos processuais	62
1.7.4.8.1 Ausência de citação	62
1.7.4.8.2 Citação viciada e nulidade absoluta.....	63
1.7.4.8.3 Citação e interrogatório.....	63
1.7.4.8.4 Vícios do mandado de citação	64
1.7.4.8.5 Nulidade na diligência citatória	65
1.7.4.9 Citação do réu preso	65
1.7.4.10 Citação do réu no estrangeiro	65
1.7.4.11 Nulidades na citação por edital.....	66
1.7.4.11.1 Inequívoca ocultação e requisitos do edital	67
1.7.4.11.2 Publicidade do edital.....	68
1.7.4.12 Convalidação da citação	70
1.7.4.13 Ciência da acusação antes da citação	70
1.7.4.14 Citação por precatória e nulidade.....	72
1.7.4.15 Pressupostos da citação por hora certa.....	72
1.7.4.16 Nulidades referentes à intimação do réu	73

1.7.4.17	Nulidades referentes ao interrogatório do réu em juízo	75
1.7.4.17.1	O interrogatório como formalidade essencial.....	75
1.7.4.17.2	Direito ao silêncio no interrogatório e nulidades.....	76
1.7.4.17.3	Presença do defensor no interrogatório.....	77
1.7.4.17.4	Momento do interrogatório.....	78
1.7.4.17.5	Prévia informação sobre os direitos constitucionais do preso.....	79
1.7.4.17.6	Nulidade no interrogatório feito através de precatória..	81
1.7.4.18	Ausência de concessão de prazos legais.....	84
1.7.4.19	Ausência das alegações finais	84
1.7.5	Nulidades da sentença	85
1.7.5.1	Sentença como ato essencial do processo	85
1.7.5.2	Nulidades do relatório.....	87
1.7.5.3	Os três pontos básicos da motivação.....	87
1.7.5.4	Confirmação da sentença por seus próprios fundamentos	88
1.7.5.5	Indicação dos dispositivos da lei	88
1.7.5.6	Data e assinatura do juiz.....	89
1.7.5.7	Individualização da pena e nulidade	89
1.7.5.8	Fixação da pena de multa	90
1.7.5.9	Fixação do regime na pena privativa de liberdade.....	91
1.7.5.10	Ausência da correlação entre o pedido e a sentença	91
1.7.5.11	Falta de fórmulas e termos após a sentença.....	92
1.7.6	Nulidades no procedimento do júri.....	92
1.7.6.1	Alegação das nulidades no Tribunal do Júri.....	92
1.7.6.2	Sentença da pronúncia e nulidades posteriores.....	93
1.7.6.3	Qualificadoras do crime de homicídio	94
1.7.6.4	Intimação do réu para a sessão de julgamento do Tribunal do Júri	94
1.7.6.5	Julgamento do réu à revelia	95
1.7.6.6	Intimação das testemunhas.....	95

1.7.6.7 Sorteio dos jurados do conselho de sentença em número legal.....	96
1.7.6.8 Quesitos e as respectivas respostas.....	96
1.7.6.9 Caso de concurso de pessoas.....	97
1.7.6.10 Formulação dos quesitos.....	97
1.7.6.11 Crime continuado e aplicação da pena.....	98
1.7.6.12 Falta de acusação e defesa na sessão de julgamento.....	98
1.7.6.13 Nomeação de defensor ao acusado.....	99
1.7.6.14 Falta de intimação da acusação e defesa para sessão de julgamento.....	99
1.7.7 Nulidades na lei de drogas.....	100
1.7.8 Nulidades na fase recursal.....	101
1.7.8.1 Pressupostos objetivos e subjetivos dos recursos.....	101
1.7.8.2 Regularidade do processamento dos recursos.....	102
1.7.8.3 Validade da renúncia e desistência.....	103
1.7.8.4 Violação ao princípio da colegialidade.....	104

Capítulo II – Teoria Geral dos Recursos 105

2.1 Conceito de recurso.....	105
2.2 Fundamento constitucional do recurso.....	105
2.2.1 Princípio do duplo grau de jurisdição.....	106
2.2.2 O princípio do duplo grau de jurisdição e a posição do STF....	106
2.2.3 Duplo grau de jurisdição como princípio implícito.....	109
2.2.4 Tribunal do Júri e possibilidade de recursos.....	110
2.2.5 Recurso e fuga do réu.....	111
2.2.6 Recurso e deserção.....	111
2.3 Natureza jurídica dos recursos.....	112
2.4 Características dos recursos.....	113
2.5 Argumentos favoráveis e contrários ao duplo grau de jurisdição... 114	
2.5.1 Fundamento jurídico do duplo grau de jurisdição.....	115
2.5.2 Julgamento por magistrados mais experientes.....	115
2.5.3 Argumentos contrários ao duplo grau de jurisdição.....	116

2.5.4	Princípios do duplo grau de jurisdição	116
2.5.5	Fundamentos jurídicos e fáticos do duplo grau de jurisdição ...	117
2.5.6	Argumentos contrários ao duplo grau.....	117
2.5.7	Fundamento político dos recursos	117
2.5.8	Pressuposto lógico dos recursos	118
2.6	Limites à garantia do duplo grau de jurisdição	118
2.6.1	Recurso e grau de revisão	118
2.6.2	Abrangência do recurso	120
2.6.3	Recurso das decisões interlocutórias	123
2.6.4	Jurisdição superior e jurisdição inferior	123
2.7	Do recurso <i>ex officio</i>	123
2.7.1	Origem e natureza do recurso <i>ex officio</i>	124
2.7.2	Repúdio ao recurso <i>ex officio</i>	125
2.7.3	Possibilidade de concessão de ordem <i>ex officio</i> nas ações de impugnação	126
2.7.4	Matéria de ordem pública e reconhecimento <i>ex officio</i>	126
2.7.5	Nomenclatura adequada	127
2.7.6	Hipóteses de cabimento do recurso <i>ex officio</i>	128
2.7.7	Vedação do recurso <i>ex officio</i>	128
2.7.8	Reexame necessário e voluntariedade dos recursos	129
2.7.8.1	Inadequação do reexame necessário.....	129
2.7.8.2	Subsistência do recurso necessário	129
2.7.8.3	Nova acusação e reexame necessário.....	130
2.7.9	Recurso <i>ex officio</i> e nulidade.....	130
2.7.10	Hipótese de remessa necessária no processo penal	130
2.7.11	Revogação do recurso <i>ex officio</i> da decisão que absolve o réu.....	131
2.7.12	Absolvição sumária e crime conexo	131
2.7.13	Revisão criminal e remessa necessária.....	131
2.7.14	Decisões nos crimes contra a economia popular ou contra a saúde pública	132
2.7.15	Concessão da reabilitação criminal.....	132

2.7.16	Intempestividade de recurso da acusação e reexame necessário...	133
2.7.17	Formalidades do recurso <i>ex officio</i>	133
2.8	Classificação dos recursos	133
2.9	Princípios referentes aos recursos.....	135
2.9.1	Princípio da taxatividade	135
2.9.2	Princípio da unirrecorribilidade, singularidade ou unicidade.....	136
2.9.3	Princípio da variabilidade.....	137
2.9.4	Princípio da complementariedade.....	138
2.9.5	Princípio da fungibilidade.....	139
2.9.6	Princípio da dialeticidade	140
2.9.7	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias.....	142
2.10	Requisitos de admissibilidade dos recursos	143
2.10.1	Classificação da sucumbência	143
2.10.2	Aspectos formais dos recursos.....	144
2.10.3	Legitimação para recorrer	145
2.10.3.1	Legitimidade para agir nos recursos.....	145
2.10.3.2	Conflito entre a vontade do réu e da defesa técnica	146
2.10.4	Legitimação do Ministério Público.....	147
2.10.5	Legitimação do ofendido ou sucessores.....	148
2.10.5.1	Legitimação do curador.....	149
2.10.5.2	Múltipla legitimidade recursal	149
2.10.6	Interesse de recorrer	149
2.10.6.1	Interesse de recorrer e efetiva lesão.....	150
2.10.6.2	Possibilidade de absolvição do acusado.....	150
2.10.6.3	Ministério Público como <i>custos legis</i>	151
2.10.6.4	Possibilidade de recurso ministerial em favor do réu	151
2.10.6.5	Interesse do querelante no campo recursal	151
2.10.6.6	Interesse de agir e prescrição.....	152
2.10.6.7	Absolvição em ação privada e ilegitimidade recursal do MP.....	152
2.10.7	Tempestividade recursal	153

2.10.8 Prazo e continuidade dos recursos	153
2.10.8.1 Contagem do prazo recursal.....	154
2.10.8.2 Intimação do prazo recursal.....	154
2.10.8.3 Aferição da tempestividade do recurso.....	155
2.10.8.4 Intimação na audiência ou sessão onde foi proferida a decisão	156
2.10.8.5 Manifestação e ciência inequívoca da decisão	156
2.10.8.6 Início do prazo recursal do Ministério Público.....	156
2.10.8.7 Intimação da Defensoria Pública e prazo recursal.....	157
2.10.8.8 Dúvidas a respeito da tempestividade.....	158
2.10.9 Prazos dos recursos em espécies.....	158
2.10.9.1 Previsão legal dos recursos e respectivos prazos.....	159
2.10.9.2 Prazo dos embargos de declaração	160
2.10.9.3 Prazo da carta testemunhável.....	160
2.10.9.4 Prazo recursal nos tribunais superiores e juizados especiais criminais	160
2.10.9.5 Prazo da apelação das decisões da justiça eleitoral.....	161
2.10.10 Prejudicialidade dos recursos.....	161
2.10.11 Contagem do prazo dos recursos	162
2.10.12 Regularidade procedimental	164
2.10.12.1 Conceito de regularidade procedimental.....	165
2.10.12.2 Formas de interposição dos recursos.....	165
2.10.12.3 Recurso contra sentença de pronúncia e prisão.....	165
2.10.12.4 Recurso de réu condenado por tráfico ilícito de entorpecentes	167
2.10.12.5 Outras hipóteses de vedação da apelação em liberdade.....	173
2.10.12.6 Preparo dos recursos.....	174
2.10.13 Recursos e preliminares.....	174
2.10.14 Efeitos dos recursos.....	175
2.10.15 Efeito devolutivo.....	175
2.10.16 Efeito suspensivo	177

2.10.16.1 Rol taxativo do efeito suspensivo dos recursos	178
2.10.16.2 Descabimento do efeito suspensivo em execução penal antecipada	178
2.10.16.3 Efeito suspensivo ao mandado de segurança	179
2.10.16.4 Prisão por crime hediondo e liberdade provisória	179
2.10.17 Efeito extensivo.....	180
2.10.18 Efeito regressivo ou diferido	180
2.10.19 Decisões sujeitas a recursos: cabimento e adequação	181
2.10.20 Decisões sujeita a recursos e o direito intertemporal	182
2.10.21 Juízo de admissibilidade recursal	183
2.10.21.1 Conceito, natureza e objeto do juízo de admissibilidade.....	183
2.10.21.2 Juízo de admissibilidade negativo	184
2.10.21.3 Nova sucumbência e possibilidade de juízo negativo.....	185
2.10.21.4 Competência e limites do juízo de admissibilidade dos recursos.....	185
2.10.22 Do juízo de admissibilidade ao juízo de mérito	186
Capítulo III – Recursos em Espécie.....	187
3.1 Do recurso em sentido estrito	187
3.1.1 Considerações gerais.....	187
3.1.2 Hipóteses de cabimento.....	191
3.1.2.1 Decisão que não recebe a denúncia ou a queixa.....	192
3.1.2.2 Decisão de incompetência do juízo	195
3.1.2.3 Decisão que acolhe exceção processual, salvo a de suspeição.....	198
3.1.2.4 Decisão de pronúncia do réu	200
3.1.2.5 Decisão sobre liberdade provisória ou prisão processual.....	203
3.1.2.6 Decisão sobre quebra ou perdimento de fiança	206
3.1.2.7 Decisão sobre extinção de punibilidade.....	206
3.1.2.8 Decisão sobre ordem de <i>habeas corpus</i>	210
3.1.2.9 Decisão sobre suspensão condicional da pena ou do processo	211

3.1.2.10	Decisão sobre livramento condicional.....	214
3.1.2.11	Decisão de anulação total ou parcial da instrução criminal.....	214
3.1.2.12	Decisão sobre inclusão ou exclusão de jurado.....	217
3.1.2.13	Decisão sobre admissibilidade de apelação.....	219
3.1.2.14	Decisão de suspensão processual por questão prejudicial.....	220
3.1.2.15	Decisão sobre a unificação de penas.....	221
3.1.2.16	Decisão sobre incidente de falsidade.....	221
3.1.2.17	Decisões afeitas ao juízo da execução penal.....	222
3.1.2.18	Decisão denegatória de homologação ao ANPP.....	223
3.1.3	Processamento do recurso em sentido estrito.....	224
3.1.4	Prazo de interposição.....	225
3.1.5	Legitimidade para interposição recurso em sentido estrito...	226
3.1.6	Formas de interposição recurso em sentido estrito.....	227
3.1.7	Efeitos do recurso em sentido estrito.....	228
3.2	Da apelação.....	232
3.2.1	Prazos e legitimidade para interposição.....	232
3.2.2	Características da apelação.....	233
3.2.3	Formas de interposição.....	234
3.2.4	Hipótese de cabimento.....	236
3.2.4.1	Apelação contra condenação ou absolvição do juiz singular..	236
3.2.4.2	Apelação contra decisão definitiva do juiz singular.....	237
3.2.4.3	Apelação contra decisões do Tribunal do Júri.....	238
3.2.4.4	Hipóteses de apelação contra as decisões do Tribunal do Júri.....	242
3.2.4.4.1	Ocorrência de nulidade posterior à pronúncia.....	243
3.2.4.4.2	Sentença contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.....	244
3.2.4.4.3	Erro ou injustiça na aplicação da pena ou medida de segurança.....	247

3.2.4.4.4 Veredito dos jurados manifestamente contrário à prova dos autos	249
3.2.5 Procedimento da apelação.....	251
3.2.6 Prazos e formas de interposição da apelação.....	252
3.2.7 Processamento da apelação	254
3.2.8 Efeitos da apelação.....	256
3.2.9 Procedimentos recursais no juízo <i>ad quem</i>	257
3.2.9.1 Da intimação das partes	258
3.2.9.2 Da sustentação oral das partes	259
3.2.9.3 Teoria do voto intermediário.....	260
3.2.9.4 Possibilidade de diligências no julgamento no tribunal....	260
3.2.9.5 Desclassificação do crime em sede de recurso.....	261
3.2.9.5.1 <i>Reformatio in pejus e reformatio in melius</i>	261
3.2.9.5.2 <i>Reformatio in melius</i> em recurso exclusivo da acusação	262
3.3 Do protesto por novo júri	263
3.3.1 Característica do protesto por novo júri.....	264
3.3.2 Processamento do protesto por novo júri	265
3.3.3 O novo julgamento	265
3.4 Dos embargos infringentes e de nulidade	266
3.4.1 Classificação da divergência	268
3.4.2 Legitimidade para recorrer.....	269
3.4.3 Hipóteses de cabimento recursal.....	269
3.4.4 Limitação do recurso.....	270
3.4.5 Juízo de retratação	270
3.4.6 Processamento dos embargos infringentes e de nulidade	271
3.4.7 Efeitos dos embargos infringentes e de nulidade	272
3.5 Da carta testemunhável.....	273
3.5.1 Antecedentes históricos.....	273
3.5.2 Cabimento da carta testemunhável.....	274

3.5.3 Procedimento da carta testemunhável	276
3.5.4 Julgamento e efeitos	277
3.6 Da correção parcial.....	278
3.6.1 Conceito e natureza jurídica.....	278
3.6.2 Admissibilidade da correção parcial.....	280
3.6.3 Processamento da correção parcial.....	281
3.6.4 Efeitos da correção parcial.....	281
3.7 Dos embargos de declaração	282
3.7.1 Considerações iniciais.....	282
3.7.2 Legitimidade para recorrer	285
3.7.3 Hipóteses de cabimento.....	285
3.7.3.1 Ambiguidade da decisão.....	286
3.7.3.2 Obscuridade da decisão	288
3.7.3.3 Contradição da decisão.....	289
3.7.3.4 Omissão da decisão	290
3.7.4 Efeitos infringentes ou modificativos dos embargos de declaração.....	290
3.7.5 Embargos declaratórios nos juizados especiais e no segundo grau.....	292
3.7.6 Embargos de declaração e o prequestionamento da decisão recorrida	293
3.7.7 Procedimento dos embargos declaratórios.....	297
3.7.8 Efeitos dos embargos de declaração.....	298
3.7.9 Da repercussão geral.....	299
3.8 Do recurso extraordinário.....	300
3.8.1 Pressupostos do recurso extraordinário	300
3.8.2 Súmulas aplicáveis ao recurso extraordinário	301
3.8.3 Inadmissibilidade do recurso extraordinário.....	303
3.8.4 Função dos embargos declaratórios no âmbito do recurso extraordinário	304

3.8.5	Legitimidade para ingressar com o recurso extraordinário.....	305
3.8.6	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	305
3.8.7	Súmula vinculante	308
3.8.8	Dissídio jurisprudencial em interpretação que colide com a do STF.....	310
3.8.9	Impetração do recurso extraordinário	310
3.8.10	Impugnação e juízo de admissibilidade.....	312
3.9	Do recurso especial.....	315
3.9.1	Admissibilidade do recurso especial	316
3.9.2	reexame de prova no recurso especial.....	317
3.9.3	Prequestionamento indispensável ao recurso especial.....	318
3.9.4	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	319
3.9.4.1	Causas decididas em única ou última instância por tribunal.	320
3.9.4.2	Contrariedade ou negativa de vigência de tratado ou lei federal.....	321
3.9.4.3	Validade de ato de governo local contestado em face de lei federal.....	322
3.9.4.4	Interpretação de lei federal divergente de outro tribunal...	323
3.9.5	Interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial....	325
3.9.6	Processamento do recurso especial	327
3.9.7	Distinção peculiar na aplicação do recurso especial ou extraordinário	328
3.9.8	Efeitos do recurso especial.....	329
3.10	Do recurso ordinário	329
3.10.1	Distinção entre os recursos ordinários e extraordinários.....	330
3.10.2	Competência recursal e recurso ordinário	331
3.10.3	Hipóteses de cabimento do recurso ordinário constitucional no STF	332
3.10.3.1	Decisões denegatórias de tribunais superiores em única instância	332

3.10.3.2	Decisões sobre crimes políticos na Lei de Segurança Nacional	334
3.10.3.2.1	Elementos do crime político.....	335
3.10.3.2.2	Crime político e extradição	337
3.10.4	Recurso ordinário em matéria eleitoral	338
3.10.5	Recurso ordinário contra ato de turma recursal	339
3.10.6	Fungibilidade do recurso ordinário	339
3.10.7	Competência recursal do STJ em face do recurso ordinário	340
3.10.8	Competência recursal do STJ em face do recurso ordinário constitucional	341
3.11	Do agravo em execução.....	343
3.11.1	Cabimento do agravo em execução.....	344
3.11.2	Legitimidade para ingressar com o agravo em execução	344
3.11.3	Procedimento do agravo em execução.....	346
Capítulo IV – Ações Autônomas de Impugnação		349
4.1	Revisão criminal	349
4.1.1	Considerações introdutórias.....	349
4.1.2	Legitimidade ativa e passiva	350
4.1.3	Pressupostos da revisão criminal	350
4.1.4	Revisão criminal e a soberania dos vereditos	351
4.1.5	Hipóteses de cabimento	352
4.1.5.1	Contrariedade a texto expresso de lei ou à evidência dos autos	352
4.1.5.2	Nova lei mais benigna após condenação transitada em julgado	353
4.1.5.3	Revisão criminal e sentença estrangeira homologada pelo STF	354
4.1.5.4	Mudança de jurisprudência e revisão criminal.....	354
4.1.5.5	Condenação fundada em provas comprovadamente falsas.....	354
4.1.5.6	Novas provas de inocência do condenado	355

4.1.5.7	Justificação criminal para revelar falsidade da prova.....	355
4.1.6	Admissibilidade da revisão criminal	356
4.1.6.1	Revisão criminal e juízo de admissibilidade	356
4.1.6.2	Reconhecimento <i>ex officio</i> da nulidade pelo tribunal	356
4.1.6.3	Caráter taxativo da revisão criminal.....	357
4.1.6.4	Revisão e sentença absolutória própria e imprópria.....	358
4.1.6.5	Diversos casos em que não cabe a revisão criminal.....	359
4.1.6.6	Revisão criminal e execução da pena	359
4.1.6.7	MS e HC como sucedâneos da revisão criminal.....	360
4.1.6.8	Reiteração do pedido.....	360
4.1.7	Competência para julgamento	362
4.1.8	Processamento da revisão criminal.....	362
4.1.9	Efeitos da decisão e indenização por erro judiciário.....	363
4.1.9.1	Revisão criminal e nulidade insanável	363
4.1.9.2	Efeitos da revisão criminal no processo do júri	364
4.1.9.3	Extensão da decisão ao corréu.....	364
4.1.9.4	Efeitos da absolvição.....	365
4.1.9.5	Reparação dos danos por erro judiciário	365
4.1.9.6	Ausência de indenização	366
4.1.9.7	Cumulação objetiva de ações penais.....	366
4.1.9.8	Reconhecimento do erro judiciário e decisão desconstitutiva.....	367
4.1.9.9	Prisão cautelar e indenização.....	367
4.2	<i>Habeas corpus</i>	367
4.2.1	Conceito do instituto.....	368
4.2.2	Origem do <i>habeas corpus</i>	369
4.2.3	<i>Habeas Corpus Act</i> de 1652	369
4.2.4	Primeiras utilizações do <i>habeas corpus</i>	370
4.2.5	O <i>habeas corpus</i> no Brasil	371
4.2.6	O <i>habeas corpus</i> na Constituição Federal de 1988.....	373

4.2.7 Súmulas do STF sobre o <i>habeas corpus</i>	374
4.2.8 Patrocínio de advogado	374
4.2.9 Amplitude da utilização do <i>habeas corpus</i>	375
4.2.10 Hipóteses de não cabimento do <i>habeas corpus</i>	375
4.2.11 Simplicidade da impetração e da petição do <i>habeas corpus</i> ...	378
4.2.12 Natureza jurídica do <i>habeas corpus</i>	378
4.2.12.1 <i>Habeas corpus</i> com natureza cautelar.....	380
4.2.12.2 <i>Habeas corpus</i> com natureza constitutiva.....	380
4.2.12.3 <i>Habeas Corpus</i> declaratório.....	381
4.2.13 <i>Habeas corpus</i> liberatório ou repressivo.....	382
4.2.14 <i>Habeas corpus</i> preventivo	383
4.2.15 Legitimidade ativa	384
4.2.15.1 Legitimidade ativa para impetração do <i>habeas corpus</i>	384
4.2.15.2 Impetração por autoridades.....	385
4.2.15.3 Distinção entre impetrante e paciente	386
4.2.15.4 Concessão de ofício.....	386
4.2.16 Legitimidade passiva	386
4.2.16.1 Polo passivo do <i>habeas corpus</i>	387
4.2.16.2 <i>Habeas corpus</i> contra ato de particular	387
4.2.16.3 Conceito de autoridade pública para efeito de <i>habeas corpus</i>	388
4.2.17 Admissibilidade do <i>habeas corpus</i>	389
4.2.17.1 Condições de admissibilidade do <i>habeas corpus</i>	389
4.2.17.2 <i>Legitimatio ad causam</i> ativa e passiva	389
4.2.17.3 Possibilidade jurídica do pedido	390
4.2.17.4 Interesse de agir no <i>habeas corpus</i>	391
4.2.17.5 Repetição de <i>habeas corpus</i>	392
4.2.18 <i>Habeas corpus</i> coletivo.....	393
4.2.19 Hipóteses de cabimento	395
4.2.19.1 Coação quando não houver <i>justa causa</i>	395

4.2.19.2	Prisão da prostituta durante o <i>trottoir</i>	397
4.2.19.3	Duração da prisão por mais tempo do que determina a lei	398
4.2.19.4	Prazos específicos da duração da prisão	398
4.2.19.5	Contagem do prazo.....	399
4.2.19.6	Motivos razoáveis de excesso de prazo	399
4.2.19.7	Incompetência de quem ordenou a prisão	400
4.2.19.8	Cessação do motivo que autorizou a coação	401
4.2.19.9	Prestação de fiança	402
4.2.19.10	Processo manifestamente nulo.....	402
4.2.19.11	Extinção da punibilidade.....	402
4.2.19.12	Permanência do advogado em sala de Estado-Maior..	403
4.2.20	Competência para o julgamento do <i>habeas corpus</i>	403
4.2.20.1	Critérios avaliativos e hierárquicos	404
4.2.20.2	Competência do STF	405
4.2.20.3	Competência do STJ	405
4.2.20.4	Competência internacional e <i>habeas corpus</i>	406
4.2.20.5	Competência para HC contra decisão colegiada de turma do STF	407
4.2.20.6	Coação de tribunal superior ou paciente sob jurisdição do STF.....	407
4.2.20.7	HC contra decisão de turma recursal	408
4.2.20.8	HC contra decisão monocrática do relator	409
4.2.20.9	Concessão de HC de ofício pelo STJ e situações análogas.....	409
4.2.20.10	Competência originária do STF para julgar o <i>habeas corpus</i>	411
4.2.20.11	Competência do Tribunal Regional Federal	411
4.2.20.12	Competência dos Tribunais de Justiça dos Estados	412
4.2.21	Requisitos da impetração do <i>habeas corpus</i>	412
4.2.22	Processamento do <i>habeas corpus</i>	414

4.2.22.1 Rejeição liminar do <i>habeas corpus</i>	414
4.2.22.2 Concessão de liminar.....	414
4.2.22.3 Extensão da liminar a outros réus em idêntica situação.....	415
4.2.22.4 Recebimento da petição e apresentação do paciente.....	416
4.2.22.5 Prestação de informações pela autoridade coatora.....	416
4.2.22.6 Manifestação do Ministério Público.....	417
4.2.22.7 Requisitos formais da decisão.....	417
4.2.23 Julgamento e efeitos.....	417
4.2.23.1 Sustentação oral.....	418
4.2.23.2 Efeitos da concessão da ordem.....	418
4.2.23.3 Concessão de HC e término do processo.....	419
4.2.23.4 Efeito extensivo dos recursos.....	419
4.2.23.5 Recurso da decisão do juiz que conceder ou negar HC...	420
4.2.23.6 Nova impetração da ordem de HC.....	421
4.3 Mandado de segurança em matéria criminal.....	421
4.3.1 Considerações introdutórias.....	422
4.3.2 Natureza jurídica.....	426
4.3.3 Condições da ação e pressupostos processuais.....	427
4.3.4 Legitimidade para a impetração do MS.....	429
4.3.5 Possibilidade da concessão de liminar.....	430
4.3.6 Competência e recursos.....	432
4.3.7 Casos em que foi admitido o mandado de segurança em matéria criminal.....	435
4.3.8 Casos em que não foi admitido o mandado de segurança em matéria criminal.....	438
4.3.9 Procedimento do mandado de segurança.....	440
Referências.....	445